timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 144 JANEIRO 1998

TIMOR LESTE 97: NOVOS INTERVENIENTES

O ano de 1997 foi, para o problema de Timor Leste, cheio de acontecimentos nas suas várias vertentes.

Se, do ponto de vista mediático, o ano de 1997 foi marcado pelo rescaldo da atribuição do Prémio Nobel da Paz em Dezembro de 96 a dois destacados nacionalistas timorenses, D. Ximenes Belo e José Ramos-Horta, do ponto de vista político o factor marcante foi a crescente internacionalização do conflito. Ou, dito de outro modo, a crescente participação da comunidade internacional na procura de uma solução para um conflito que vai entrar no seu 23º ano de existência.

UM NOVO QUADRO NEGOCIAL

Em Dezembro de 1996 a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu como novo Secretário Geral (SG) da organização, o ganense Kofi Annan.

Logo nas suas primeiras declarações públicas após assumir a responsabilidade do cargo, Annan anunciou que Timor Leste fazia parte de um conjunto de questões que considerava prioritárias. Pouco tempo depois nomeou o diplomata paquistanês Jamsheed Marker como seu representante especial para o problema, o que foi lido como um sinal de sério empenhamento na resolução do conflito.

Este novo empenhamento da ONU não deixou de ter implicações nas conversações entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do SG, facilitando o acordar de um novo formato negocial, agora já não assente exclusivamente nos encontros entre MNE, mas antes tornando estes como avalizadores dos avanços conseguidos em conversações a nível de embaixadores.

Por outro lado, houve um conjunto de questões que os ministros acordaram em fazer transitar para os encontros intra-timorenses. Abriu-se assim um novo ciclo de relacionamento entre estas duas instâncias, o que levou a que a parte timorense visse reforçada a sua intervenção no processo negocial. A realização do 3º intra-timorense, com um novo modelo de funcionamento e novos participantes, foi já uma sua consequência que possibilitou que vozes dissonantes do interior do território ecoassem na arena internacional.

O ano de 1997 foi também marcado pelo aparecimento de dois novos intervenientes.

Um foi Nelson Mandela e o seu jantar com o Comandante Xanana Gusmão - e posteriormente os seus encontros com os Presidentes de Portugal e da Indonésia - se não trouxe resultados visíveis, veio colocar no centro das atenções a componente política do problema, isto é a necessidade de um diálogo directo e de um compromisso entre a Resistência timorense e as autoridades indonésias.

O outro é a administração norte-americana. A audição no Senado de Stanley Roth, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico, deu algumas indicações de uma nova sensibilidade ao problema e, depois disso, Roth tem-se deslocado a Jacarta onde tem tido encontros com figuras determinantes para a resolução do conflito.

Aliás, os sinais acumulados ao longo deste ano, e particularmente nestes últimos meses, permitem adivinhar que a comunidade internacional - ou, mais exactamente, os Estados centrais dentro dela - tem vindo a desenvolver esforços no sentido de levar (todas) as partes envolvidas a um compromisso em tôrno de uma solução de autonomia no quadro da República da Indonésia.

A LUTA ARMADA COMO ARMA POLÍTICA

Nas vésperas do dia 29 de Maio, dia das eleições parlamentares na Indonésia, a guerrilha timorense lançou uma ofensiva militar de âmbito nacional, mas com particulares repercussões na capital e na segunda maior cidade do país, Baucau. Emboscadas a colunas militares, destruição de urnas

neste número:

TL 97: NOVOS INTERVENIENTES

«NÃO HOUVE PROGRESSOS ...»

INDONÉSIA: O VELHO E A BRUMA (I)

O 12 NOVEMBRO NA ÁSIA

de voto, execução de agentes da Intel, a polícia secreta civil, tais foram algumas das formas de que se revestiu esta ofensiva que só pecou, como mais tarde os Altos Comandos da Resistência reconheceram, por alguma descoordenação motivada por dificuldades de comunicação. O ataque provocou mais de 40 mortos entre as forças de ocupação, foi citado na imprensa internacional e largamente referido na imprensa indonésia.

Esta ofensiva alcançou duas importantes vitórias políticas: a primeira foi mostrar que o regime de Jacarta não consegue impor a sua solução do conflito à população do território, reforçando assim a componente negocial na procura de uma solução para o mesmo. A segunda foi mostrar a fragilidade da proposta de aproveitamento das "eleições" parlamentares indonésias para medir as adesões à integração. Isto é, sem a participação da Resistência timorense dificilmente um processo eleitoral credível poderá ter lugar no território.

Em Setembro, dá-se a explosão de uma bomba numa casa dos arredores de Semarang (Java) alugada a timorenses.

Nas entrevistas que deu à imprensa indonésia, onde assumiu a responsabilidade política por aquela actividade da Resistência timorense na Indonésia, Xanana Gusmão explicou os objectivos e os limites daquela forma de luta: alvos militares na retaguarda do inimigo visando, mais do que o número de baixas, quebrar-lhe a moral, obrigá-lo a alargar a frente de batalha, semear a desconfiança entre as suas próprias hostes, expor a inutilidade do seu esforço de guerra, levá-lo a reconhecer a necessidade do diálogo.

E deste ponto de vista, a simples explosão acidental de uma bomba de fabrico caseiro atingiu os seus objectivos políticos.

Os próprios apelos de Ramos-Horta à rendição dos guerrilheiros mais não fez que vincar o carácter político da sua luta, reforçando o seu peso negocial.

INDONÉSIA: O TAPETE A FUGIR DEBAIXO DOS PÉS

A sociedade indonésia vive hoje um período de particular indefinição quanto ao seu futuro. A crise financeira que varreu os países do Sueste asiático veio revelar as fragilidades do apregoado desenvolvimento da Ordem Nova (ver artigo de Goenawan Mohamad na pág. 3 deste boletim) e com isso feriu mortalmente um dos pilares da sua ideologia que apresenta Suharto como o «*pai do desenvolvimento*», o garante do bem-estar do povo.

Foi neste quadro de dificuldades e de incertezas que se multiplicaram na Indonésia os grupos de solidariedade para com o povo timorense.

Mas para além desta malha (quase) subterrânea também cresceu o peso e o tom das vozes críticas da política do regime para o território. Desde analistas políticos caseiros, que a rotularam de estar «*em farrapos*», até figuras da elite dirigente como o Cardeal Justinus Darmaatmaja, que defendeu abertamente a necessidade do diálogo indo-timorense.

E não deixou, também, de ser significativo que, em plena histeria oficial de acusações de «*terrorismo*», Xanana Gusmão, nas entrevistas que deu à imprensa indonésia, tenha sido apresentado como «*dirigente da luta*» e não como terrorista.

«NÃO HOUVE PROGRESSOS...»

No passado dia 14 de Novembro violentos confrontos ocorreram em Díli entre forças militares e de segurança indonésias e estudantes e populares timorenses, junto e nas instalações da Universidade de Timor Leste. As origens do conflito não são claras. Fontes timorenses no território atribuíem-na a reacções dos estudantes a grosserias por parte de magalas indonésios para com colegas do sexo feminino. Para as autoridades de ocupação tratou-se de uma reacção natural de militares que procuraram protejer camaradas de armas da fúria de agressores timorenses.

Os primeiros dizem que houve dois mortos. Os segundos que houve apenas alguns feridos, entre os quais dois militares.

Estes acontecimentos ocorreram no dia da chegada de D. Duarte Nuno à capital de Timor Leste, a convite do Bispo D. Ximenes Belo. Este, que o tinha ido receber ao aeroporto, fez então declarações à imprensa portuguesa muito duras para o regime de Jacarta. Face às circunstâncias, o governo indonésio proporcionou a ida a Díli de uma delegação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, uma instituição criada por ele na sequência das críticas internacionais ao massacre de St. Cruz, para investigar o ocorrido.

No domingo 23 de Novembro a delegação deu uma conferência de imprensa no Hotel Turismo, em Díli, para apresentar as suas conclusões.

«*"Segundo informações de fontes oficiais e fidedignas, ocorreram actos de violência que foram uma violação dos direitos humanos. Estudantes foram feridos por disparos de armas de fogo, espancados, (...). Além disso, os vidros da Universidade foram partidos enquanto os quadros das aulas e os paineis de informação ficaram crivados de balas", disse Marzuki Darusman*», vice-presidente da Comissão, aos jornalistas.

Acrescentou que «*a delegação tinha concluido que não tinha havido progressos no que respeitava à segurança e aos direitos humanos em Timor Leste. Todos os casos foram sempre tratados com recurso ao uso da força o que criou um profundo trauma psicológico. Este trauma tornou os estudantes antipáticos, e menos respeitadores, para com as forças de segurança.*

Os danos materiais na Universidade de Timor Leste podem ser reparados num futuro próximo, mas levarão muito tempo a sarar as feridas psicológicas e a apagar a visão negativa que os estudantes e a população em geral têm da administração provincial e do aparelho de segurança. As visões negativas e de ódio têm existido desde que começaram os incidentes violentos e os maiores motins em Timor Leste. (...).

De acordo com Darusman (...) o aparelho de segurança recorreu sempre ao uso da força ao lidar com as actividades políticas na Universidade de Timor Leste. A desconfiança e a vigilância mútuas, entre os estudantes e as forças de segurança, são tão profundas que os confrontos podem irromper facilmente. (...) O uso da força em todas as situações tem tendido para violar os direitos humanos e criar traumas e ódios entre os estudantes. Os estudantes que não aceitam tais métodos têm sido rotulados de elementos do GPK [acrónimo com que são designados todos os que se opoem ao regime ditatorial].» (*Kompas*, 24/11/97).

O VELHO E A BRUMA (I)

Goenawan Mohamad, ex-editor chefe da Tempo, *revista encerrada pelo Governo, e actual director do Instituto de Distribuição de Informação, analisa aqui o tema da sucessão de Suharto.*

«Nunca antes tinha a Indonésia sido simultaneamente atingida por tantos problemas: a desvalorização da rupia, a recessão económica, o desemprego, bem como os fogos florestais que espalharam, como mau hálito, nuvens de fumo pelos países vizinhos. A isto junte-se a seca e a escassez de alimentos. Todos estes elementos são sinais indesmentíveis de crise. O que em geral não se diz é que a crise tem uma enorme dimensão política. Envolve a questão "que prioridade dar ao sacrifício".»

A DES-INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO

«Hoje os indonésios, com a sua paixão pelo oculto e pela política - uma combinação não pouco usual em nações com transparência limitada - estão a espalhar a notícia de que o fim da era Suharto está próximo. São presságios, murmuram, referindo-se às más notícias.

Eu concordaria que provavelmente são. Mas a minha explicação não tem nada a ver com bolas de cristal. Dizendo de uma forma simples, o regime já viu dias melhores. É certo que continuam a surgir dirigentes jovens, subindo na hierarquia política, sinal de que a Nova Ordem de Suharto é capaz de se rejuvenescer apesar da idade do Presidente e da sua mão firme, no poder desde 1966. Mas na prática, a tentativa da Nova Ordem de institucionalizar a mudança degenerou numa oportunidade para Suharto testar lealdades. A Constituição torna a Presidência num órgão que se sobrepõe ao Governo. Historicamente, tem sido ocupada por homens fortes (antes de Suharto foi Sukarno, o primeiro presidente da Indonésia, que se auto-intitulava O Grande Dirigente da Revolução). Na ausência de um equilíbrio genuíno, o sistema tende a evoluir para a personalização do poder. Por isso, apesar dos esforços para estabelecer uma norma administrativa consistente, o sistema estatal indonésio acaba à porta do palácio presidencial. Os analistas gostam de referir a Indonésia como um "Estado burocrático autoritário". Hoje assemelha-se cada vez mais a uma autocracia. Quase todas as nomeações importantes, desde o porta-voz do parlamento até aos directores-gerais, têm que ter a aprovação de Suharto. E, invariavelmente, a sua escolha baseia-se no currículo de anteriores alianças entre o nomeado e Suharto.

Logo, assiste-se à des-institucionalização do Estado. Já nem se trata duma "rotina do carisma", como designa Max Weber o estabelecimento duma burocracia moderna. O nepotismo cresceu desmesuradamente, praticado tanto por pessoas ao mais alto nível como por quase todos os chefes da administração local. Há a ideia generalizada de que, de uma forma ou doutra, funcionários do aparelho de Estado disponibilizam-se para encontrar atalhos e quebrar regras de forma a dar um tratamento especial aos vastos e vorazes interesses económicos da primeira família. Por isso, nos últimos anos da Nova Ordem tem-se assistido à destruição da noção de serviço público, agravado pela prática descontrolada do suborno. Dado que nas cidades é necessário comprar os bombeiros municipais para que eles apaguem as chamas num edifício, as pessoas presumem que ninguém apagará os fogos nas florestas de áreas remotas como Kalimantan ou Sumatra, uma vez que não há dinheiro extra para gastar. Da mesma forma, a fome e a doença podem escapar ao controle público.

Tendo isto em conta, facilmente se conclui que as propostas do FMI para retirar o país da situação de emergência em que se encontra irão colocar a questão política em termos ainda mais agudos.»

O GOSTO AMARGO DA CRISE

«O povo começa a sentir o gosto amargo da desvalorização da rupia. Muitos homens de negócios gastam o seu tempo a jogar golfe, incapazes de fazer outra coisa. O custo do dinheiro tornou-se proibitivo, tendo as taxas de juro atingido os 45%. Os preços aumentaram 10 a 35%, devido à elevada dependência de bens de importação (como na saúde), ou devido à seca ou aos custos dos transportes (em bens como o arroz ou o açúcar). Milhares de trabalhadores foram ou estão a ser despedidos. O governo decidiu cortar apoios a dispendiosos investimentos privados e cortou mesmo 35% das despesas públicas ordinárias, suprimindo uma fonte extra de proveitos de legalidade duvidosa que os funcionários públicos usufruíram em melhores tempos.

Escusado será dizer que tudo isto irá resultar numa vasta camada de população descontente, atravessando todas as classes sociais, apesar de serem sobretudo os pobres das cidades os mais duramente atingidos. O país necessita de uma dose forte de analgésicos. Para conseguir isso, a confiança na competência do regime é crucial. Infelizmente, a destruição da noção de serviço público tornou praticamente inexistente essa confiança. Importa notar que nos últimos 3 anos houve revoltas e distúrbios em vários centros urbanos indonésios, que destruíram muitos edifícios públicos, incluindo esquadras de polícia. A frequência de tais incidentes não tem precedentes na história da Nova Ordem, indicando tanto a degradação da situação sócio-económica, como a diminuição da capacidade do regime em lidar com a desordem pública.

Cresce o consenso entre os analistas que os indonésios sofrem de disparidades tanto no rendimento como na justiça. Recentemente, Bisnis Indonesia, um jornal económico propriedade de grandes empresas indonésias, realizou uma pouco usual sondagem entre gestores do sector privado e executivos, perguntando as suas opiniões sobre o nepotismo. A maioria (64%) disse que o nepotismo devia ser banido. Que fazer negócios através de ligações familiares é muito injusto e discriminatório.

Nesta situação, o regime devia ter um gesto que mostrasse genuína vontade política para resolver o problema, mas não se vê tal gesto em parte alguma. Especialmente num período de transição, ou de dúvida, quando todo o governo parece estar numa posição de esperar para ver quem receberá o quê depois de Suharto ter formalmente garantido outro mandato e constituído uma nova equipa. Para piorar as coisas, o Presidente tem tido os seus ministros a anunciar, de tempos a tempos, que o projecto favorito do seu filho, a criação de um carro nacional

chamado Timor, continuará apesar dos aumentos do crédito e de outras dificuldades. O projecto goza não só de um tratamento duty free *(na realidade os carros são importados da Coreia do Sul) como beneficia também de um generoso perdão fiscal e acesso extraordinário a fundos de bancos tanto do Estado como privados. Ainda por cima, muitas instituições públicas foram "persuadidas" de que o seu pessoal tinha o dever patriótico de comprar os carros. De forma simples, este tem sido o mais flagrante exemplo de desrespeito pelas necessidades e prioridades do Governo e tornou-se um símbolo do que está errado na crescente atitude de* l'état c'est moi *de Suharto.»*

O CENTRO DOS PROBLEMAS

«Eis porque, ao procurar o apoio do FMI, a equipa de economistas da Indonésia colocou o governo numa situação bastante má. A assistência típica do FMI passa por insistir no desmantelamento dos sistemas de subsídios e na remoção das protecções à indústria. É um segredo bem conhecido em Jacarta que quando os ministros estão desesperadamente à procura de uma forma de persuadir o Presidente a cancelar políticas e projectos de precário valor económico, pedem emprestado o prestígio do Banco Mundial ou do FMI para apoiar os seus propósitos. Mas a situação presente tem os seus perigos. Se o governo concordar com o pacote habitual do FMI as vítimas imediatas serão os pobres e os fracos, uma vez que terão de pagar mais pelas suas necessidades básicas. Numa situação onde falta um elementar sentido de justiça social, as coisas podem tornar-se bastante explosivas. A questão está em saber se o regime consegue lidar com estas situações com cuidado. A julgar pelo seu passado recente em matéria de protestos populares tenho as minhas dúvidas. E isto sentir-se-á especialmente se, ou quando, a intervenção do FMI falhar em mostrar ao mundo que pode forçar Suharto a prescindir dos privilégios da família.

É obvio que no centro destes complexos problemas está o próprio Suharto. Um optimista pode dizer que ele é também a solução. Se tiver vontade de vencer a distância que o afasta de convencer o público da sua imparcialidade na selecção dos sacrifícios e se provar ser capaz de estabelecer um sistema equitativo de serviços públicos, então a situação pode melhorar, tanto política como economicamente. Um pessimista discordará. Suharto não é conhecido por atender aos pedidos populares, especialmente no que respeita aos interesses da sua família.

O paradoxo é que enquanto o poder pessoal de Suharto aumenta a eficácia do seu Governo diminui. É triste ver que após mais de meio século de independência, o futuro da Indonésia está à mercê de uma só, poderosa mas envelhecida, personalidade. Isto já seria suficientemente mau numa situação normal. É um pesadelo numa crise que exigirá tempo para ser ultrapassada.»

*** *** ***

Artigo publicado na *AMPO, Japan Asia Quarterly Review*, nº1, vol. 28, de 1997. Subtítulos da nossa responsabilidade. Conclui no próximo número.

12 NOVEMBRO ASSINALADO NA ÁSIA

Um conjunto de palestras efectuadas recentemente em diversas universidades de Java foi revelador de um cada vez maior interesse e conhecimento, especialmente por parte de sectores universitários, da situação em que se encontra o povo timorense. Permitiu ainda evidenciar o crescente envolvimento de grupos políticos indonésios pró-democracia na questão de Timor Leste.

Estas palestras, genericamente muito participadas, foram fruto dos esforços do PIJAR, uma ONG de defesa dos direitos humanos, em colaboração com a IMPETTU, uma organização indonésia de enquadramento dos estudantes timorenses, e visaram assinalar o 12 de Novembro, 6º aniversário do massacre de Santa Cruz. Tri Agus Susanto, do PIJAR, foi o elemento motor da iniciativa. Recentemente libertado depois de ter sido condenado em 1994, por alegado desrespeito ao chefe de Estado, passou a maior parte do tempo de prisão em Cipinang, onde teve a oportunidade de conhecer Xanana Gusmão e familiarizar-se com a questão de Timor. Nesta série de conferências, Tri Agus alertou para a necessidade do movimento democrático indonésio se envolver mais nesta questão.

Entretanto, organizado pelo IMPETTU, cerca de 200 estudantes timorenses das universidades de Solo, Semarang, Salatiga e Yogyakarta, todas localizadas na ilha de Java, concentraram-se no dia 12 de Novembro em frente à assembleia provincial de Yogyakarta, lembrando a passagem do 6º aniversário do massacre de Santa Cruz. Várias tarjas com mensagens alusivas à data foram expostas, ao mesmo tempo que decorria um forum na rua sobre Timor. Forças de segurança indonésias seguiram de perto os acontecimentos sem, no entanto, terem intervido.

Mas não foi só na Indonésia que aquela data foi assinalada. No dia 14 de Novembro, numa vigília promovida pela *Solidaritas Timor Timur-Malaysia* em frente à embaixada indonésia em Kuala-Lumpur (Malásia), vários participantes foram empurrados e agredidos por pessoal dessa embaixada, enquanto elementos da polícia assistiam impassíveis.

Em Banguecoque (Tailândia), activistas de 7 ONG juntaram-se em frente à embaixada indonésia naquele país, situada numa movimentada área da capital. Bem visíveis ficaram as várias tarjas expressando a sua solidariedade para com o povo de Timor, apelando ao fim da violação de Direitos Humanos e condenando o terror existente no território ocupado.

Em Manila (Filipinas), os protestos foram apoiados por um grande número de ONG de Direitos Humanos, incluindo a *Phil-Seti* (*Philippine Solidarity for East Timor and Indonesia*). A manifestação passou primeiro pela embaixada australiana onde foi entregue um apelo, dirigido ao PM daquele país, no sentido de ser dado aos refugiados timorenses na Austrália o direito de asilo político. Posteriormente, deslocaram-se para a embaixada indonésia onde, apesar da presença do pessoal da embaixada, conseguiram pintar na parede palavras de ordem alusivas à questão.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317